

Creche e Jardim Infantil D. Elzira Cupertino de Miranda

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2015



Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Anexo	6
1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	6
3. Principais políticas contabilísticas.....	7
4. Fluxos de caixa	11
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
6. Ativos fixos tangíveis.....	12
7. Ativos intangíveis	13
8. Inventários.....	13
9. Clientes e Utentes.....	13
10. Estado e outros Entes Públicos.....	14
11. Outras contas a receber.....	14
12. Diferimentos.....	14
13. Outros ativos financeiros	15
14. Fundos patrimoniais.....	15
15. Resultados transitados.....	15
16. Outras variações nos fundos patrimoniais.....	15
17. Outras contas a pagar.....	16
18. Vendas e serviços prestados	16
19. Subsídios, doações e legados à exploração.....	16
20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16
21. Fornecimentos e serviços externos.....	17
22. Gastos com o pessoal.....	17
23. Outros rendimentos e ganhos.....	17
24. Outros gastos e perdas	18
25. Compromissos	18
26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
27. Acontecimentos após data de balanço	18
28. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras.....	18



Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

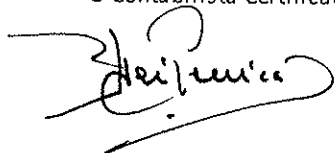
Unidade monetária: Euros

Unidade monetária: Euros

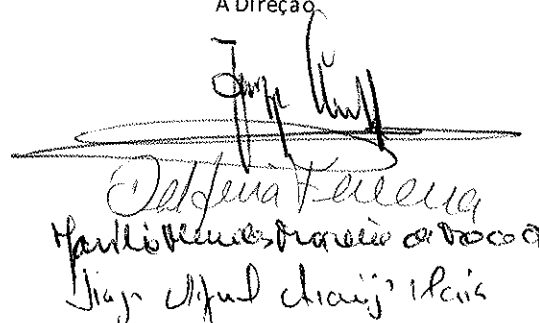
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	466.394,55	523.159,87
Ativos intangíveis	7	156,71	-
Outros ativos financeiros	13	27,82	16,66
Subtotal		466.579,08	523.176,53
Ativo corrente			
Inventários	8	947,46	722,20
Clientes	9	378,25	278,75
Estado e outros Entes Públicos	10	2.936,47	2.060,74
Outras contas a receber	11	15.450,52	19.777,42
Diferimentos	12	1.549,84	970,38
Outros ativos financeiros	13	134.682,74	180.082,74
Caixa e depósitos bancários	4	1.207.305,26	1.096.930,25
Subtotal		1.363.250,54	1.300.822,48
Total do ativo		1.829.829,62	1.823.999,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	3.519,63	3.519,63
Resultados transitados	15	1.551.727,27	1.500.903,48
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	184.884,44	204.164,57
Resultado líquido do período		27.657,51	50.823,79
Total do fundo de capital		1.767.788,85	1.759.411,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	10	14.199,55	14.073,51
Outras contas a pagar	17	47.841,22	50.514,03
Subtotal		62.040,77	64.587,54
Total do passivo		62.040,77	64.587,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.829.829,62	1.823.999,01

Louro, 17 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



D. Helena Ferreira
 Presidente do Conselho de Administração
 João Manuel da Silva, Presidente

Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

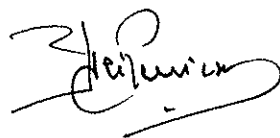
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	18	182.342,31	187.148,70
Subsídios, doações e legados à exploração	19	330.805,85	332.088,42
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	- 51.206,61	- 51.287,94
Fornecimentos e serviços externos	21	- 96.758,89	- 102.331,09
Gastos com o pessoal	22	- 309.130,10	- 297.437,33
Outros rendimentos e ganhos	23	41.576,31	50.771,42
Outros gastos e perdas	24	- 4.699,37	- 4.882,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		92.929,50	114.069,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	- 65.271,99	- 63.245,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27.657,51	50.823,79
Resultados antes de impostos		27.657,51	50.823,79
Resultado líquido do período		27.657,51	50.823,79

Louro, 17 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



Delia Ferreira
 Paulo Mendes, Henrique Sousa
 Sérgio Manuel Chaves, et al.
 Maria Júlia Macedo Franco Cevallos

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade Monetária: Euros

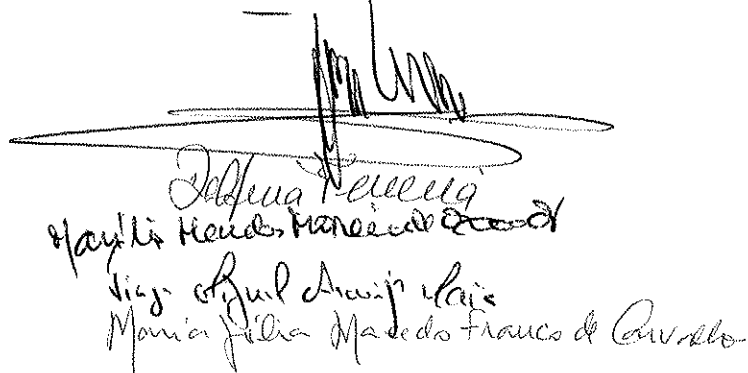
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		182.251,81	187.226,45
Pagamento a fornecedores	-	150.256,99	156.383,35
Pagamentos ao pessoal	-	308.945,66	295.049,93
Caixa gerada pelas operações	-	276.950,84	264.206,83
Outros recebimentos/pagamentos		372.037,72	465.493,69
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		95.086,88	201.286,86
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	8.502,19	28.099,99
Ativos intangíveis	-	161,19	-
Investimentos financeiros	-	11,16	16,66
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	-	-	3.750,00
Juros e rendimentos similares		24.642,42	29.991,08
Dividendos	-	-	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		15.967,88	5.624,43
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	-	679,75	690,83
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)	-	679,75	690,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		110.375,01	206.220,46
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.096.930,25	843.879,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.207.305,26	1.096.930,25

Louro, 17 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



Jéssica Pereira
 Hayli Henriques Pereira
 Vitor Manuel Araújo
 Mariana Faria Macedo Franco de Carvalho

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Creche e Jardim Infantil D. Elzira Cupertino de Miranda” constituída por escritura pública no 2.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, no dia 11 de fevereiro de 1987, com início de atividade para efeitos de IVA e IRC na mesma data, tem como número de identificação fiscal o 501 828 591 e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral de Segurança Social sob o n.º 42/91, a fls.184 em 7 de junho de 1991.

A Instituição tem a sua sede na Rua Padre Domingos Joaquim Pereira, n.º 1183, na freguesia do Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão.

Código postal: 4760-563 Louro

E-mail: cmiranda@sapo.pt

Sítio da Instituição : crechecupertinomiranda.webnode.pt

Os estatutos da associação estabelecem no seu artigo 2.º o seguinte: -----
A associação, - que não promove fins lucrativos, tem por objeto: “Criação e manutenção de uma creche e jardim infantil e apoio à família”. -----

Códigos C.A.E. aplicáveis:

85100 – Educação pré-escolar.

88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

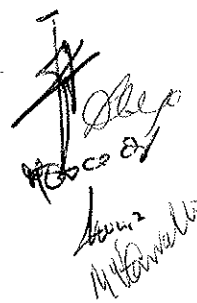
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido decreto, refere-se que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonst.Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).





2.2 - Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificados; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "*Ativos fixos tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao custo considerado.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

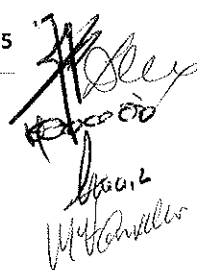
As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas são as seguintes:





	Taxas	Vida Útil
Edifícios e Outras Construções	2% - 10%	10 - 50
Equipamento Básico	12,5% - 14,28%	7 - 8
Equipamento de Transporte	25%	4
Equipamento administrativo	7,14% - 20%	5 - 14
Outros activos fixos tangíveis	10,00% - 16,66%	6 - 10

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. As taxas de amortização anuais médias utilizadas são as seguintes:

	Taxas	Vida Útil
Programas de computador	33,33%	3

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecida.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de IRC:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 “rendimentos empresariais derivados das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor” poderão ser sujeitos a IRC à taxa de 21,5%, nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3 - Juízos de valor que a Direção fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

3.5 - Principais fontes de incertezas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Caixa	116,02	52,46
Depósitos à ordem	151.698,68	11.877,79
Depósitos a prazo	1.055.490,56	1.085.000,00
Outros	-	-
Total	1.207.305,26	1.096.930,25

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014						
Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
Custo						
Terrenos e recursos naturais	64.946,57	-	-	-	-	64.946,57
Edifícios e outras construções	784.904,20	-	-	-	-	784.904,20
Equipamento básico	71.787,87	1.048,99	-	-	-	72.836,86
Equipamento de transporte	140.863,82	26.690,00	- 23.354,58	- 15.717,96	-	128.481,28
Equipamento administrativo	71.040,31	361,00	-	-	-	71.401,31
Outros Ativos fixos tangíveis	14.173,60	-	-	-	-	14.173,60
Ativos fixos tangíveis em curso	1.515,80	-	-	-	-	1.515,80
Total	1.149.232,17	28.099,99	- 23.354,58	- 15.717,96	-	1.138.259,62
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	301.934,05	55.685,99	-	-	-	357.620,04
Equipamento básico	66.662,14	2.002,93	-	-	-	68.665,07
Equipamento de transporte	140.863,82	4.448,33	- 39.072,54	-	-	106.239,61
Equipamento administrativo	67.272,43	1.086,35	-	-	-	68.358,78
Outros Ativos fixos tangíveis	14.194,00	22,25	-	-	-	14.216,25
Total	590.926,44	63.245,85	- 39.072,54	-	-	615.099,75
Valor líquido	558.305,73	-	-	-	-	523.159,87

31 de dezembro de 2015						
Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	64.946,57	-	-	-	-	64.946,57
Edifícios e outras construções	784.904,20	6.587,42	-	-	-	791.491,62
Equipamento básico	72.836,86	39,00	-	-	-	72.875,86
Equipamento de transporte	128.481,28	-	-	-	-	128.481,28
Equipamento administrativo	71.401,31	1.730,46	-	-	-	73.131,77
Outros Ativos fixos tangíveis	14.173,60	145,31	-	-	-	14.318,91
Ativos fixos tangíveis em curso	1.515,80	-	-	-	-	1.515,80
Total	1.138.259,62	8.502,19	-	-	-	1.146.761,81
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	357.620,04	55.995,05	-	-	-	413.615,09
Equipamento básico	68.665,07	1.783,69	-	-	-	70.448,76
Equipamento de transporte	106.239,61	6.672,50	-	-	-	112.912,11
Equipamento administrativo	68.358,78	791,60	-	-	-	69.150,38
Outros Ativos fixos tangíveis	14.216,25	24,67	-	-	-	14.240,92
Total	615.099,75	65.267,51	-	-	-	680.367,26
Valor líquido	523.159,87	-	-	-	-	466.394,55

7. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014						
Descrição	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2014
Custo						
Programas de Computador						
...						
Outros Ativos Intangíveis						
Total						
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015						
Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2015
Custo						
Programas de Computador	-	161,19	-	-	-	161,19
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	161,19	-	-	-	161,19
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	-	4,48	-	-	-	4,48
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	4,48	-	-	-	4,48
Valor líquido	-	-	-	-	-	156,71

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2015
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	560,82	50.234,73	1.214,59	722,20	48.941,79	2.490,08	947,46
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	560,82	50.234,73	1.214,59	722,20	48.941,79	2.490,08	947,46

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

• Matérias-primas: Géneros alimentares	331,94€
• Materiais diversos: Material de limpeza, higiene e conforto	615,52€
Total	947,46€

9. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c	378,25	278,75
Clientes	-	-
Utentes	378,25	278,75
Total	378,25	278,75

10. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.936,47	2.060,74
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	2.936,47	2.060,74
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3.248,98	3.223,27
Segurança Social	10.950,57	10.850,24
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	14.199,55	14.073,51

11. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.557,96	5.021,26
Entidades devedoras por subsídios	12.892,56	14.756,16
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	15.450,52	19.777,42

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	1.508,84	970,38
...	-	-
Outros	41,00	-
Total	1.549,84	970,38
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
Outros	-	-
Total	-	-

13. Outros ativos financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015		2014	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
BCP - Renda crescente mais 2007	-	-	-	50.000,00
BCP - Renda Prémio 2008	-	134.682,74	-	130.082,74
Fundo de compensação do trabalho	27,82	-	16,66	-
...	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Total	27,82	134.682,74	16,66	180.082,74

14. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Fundos	3.519,63	-	-	3.519,63
Resultados transitados	1.500.903,48	50.823,79	-	1.551.727,27
Outras variações nos fundos patrimoniais	204.164,57	-	19.280,13	184.884,44
Resultado Líquido do Período	50.823,79	27.657,51	50.823,79	27.657,51
Total	1.759.411,47	78.481,30	70.103,92	1.767.788,85

15. Resultados transitados

Esta rubrica apresentou os seguintes movimentos no período de 2015:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Valor Inicial	1.435.384,28	-	-	1.435.384,28
Lucro do período anterior	-	65.519,20	-	65.519,20
...	-	-	-	-
Total	1.435.384,28	65.519,20	-	1.500.903,48

16. Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica apresentou os seguintes movimentos no período de 2015:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2015
Fundos	3.519,63	-	-	3.519,63
Resultados transitados	1.500.903,48	50.823,79	-	1.551.727,27
Outras variações nos fundos patrimoniais	204.164,57	-	19.280,13	184.884,44
Resultado Líquido do Período	50.823,79	27.657,51	50.823,79	27.657,51
Total	1.759.411,47	78.481,30	70.103,92	1.767.788,85

17. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	47.841,22	-	50.514,03
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	47.841,22	-	50.514,03

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Vendas" e "Serviços Prestados:"

Vendas

Descrição	2015	2014
Mercadorias	-	-
Materials de consumo	1.367,00	1.332,00
Total	1.367,00	1.332,00

Prestação de Serviços

Descrição	2015	2014
Quotas dos utilizadores	180.196,31	185.064,70
Quotizações e jóias	779,00	752,00
Serviços secundários	-	-
Total	180.975,31	185.816,70

19. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2015	2014
Subsídios do estado e outros entes públicos		
Centro Regional Segurança Social	326.409,61	330.851,33
I.E.F.P. - Medida Estímulo 1%	121,26	-
A.T. - Consignação de IRS	1.273,70	-
Município de Vila Nova de Famalicão	150,00	100,00
Subsídios de outras entidades		
Banco alimentar contra a fome/Entrajuda	2.851,28	1.137,09
Total	330.805,85	332.088,42

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O apuramento do CMVMC, nos períodos de 2015 e 2014, foi efetuado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Inventário Inicial	722,20	560,82
Compras	48.941,79	50.234,73
Regularizações	2.490,08	1.214,59
Inventário Final	- 947,46	- 722,20
CMVMC	51.206,61	51.287,94

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	52.744,44	58.794,88
Materiais	9.113,56	9.236,24
Energia e fluidos	20.529,77	20.953,76
Deslocações, estadas e transportes	2.036,32	2.380,27
Serviços diversos (*)	12.334,80	10.965,94
Seguros	3.778,56	3.798,45
Despesas de representação	3.384,00	1.725,96
Comunicação	1.919,48	2.315,83
Total	96.758,89	102.331,09

22. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2015 e 2014, foi de "11".

O número médio de pessoas remuneradas ao serviço da Instituição em 2015 foi de "22" e em 2014 de "21".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos órgãos sociais	9.552,63	-
Remunerações ao pessoal	241.997,41	241.915,35
Indemnizações	691,50	243,60
Encargos sobre as remunerações	52.333,67	51.364,43
Seguros acid.no trab.e doenças profissionais	2.050,03	1.917,49
Outros gastos com o pessoal	2.504,86	1.996,46
Total...	309.130,10	297.437,33

23. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos suplementares	9,00	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	3.750,00
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	108,06	27,00
Donativos	-	217,50
Imputação de sub.p./investimentos e doações	19.280,13	19.280,13
Juros obtidos	22.179,12	27.496,79
Total...	41.576,31	50.771,42



24. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	202,65	750,55
Custos com apoios financeiros concedidos a carenciados	3.221,77	2.628,11
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a exercícios anteriores	27,05	82,72
Donativos	150,00	300,00
Quotizações	250,00	220,00
FRSS - Fundo de reestruturação do setor social	168,15	210,33
Gastos e perdas de financiamento	679,75	690,83
Total	4.699,37	4.882,54

25. Compromissos

Garantias e avales prestados

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, a Instituição não tinha responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2015.

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

27. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

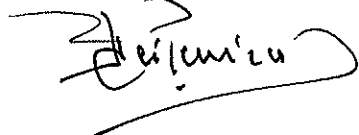
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

28. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 17 de março de 2016.

Louro, 17 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção

